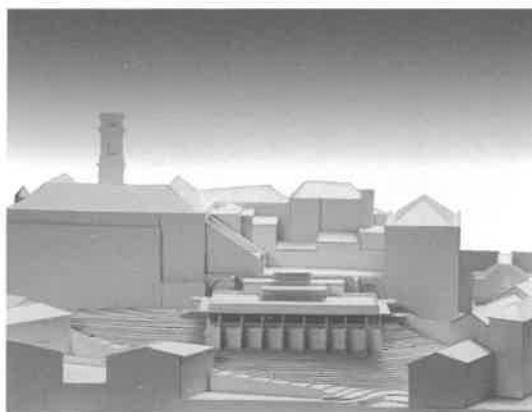


Apresentação Pública do Projecto do Anfiteatro da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra



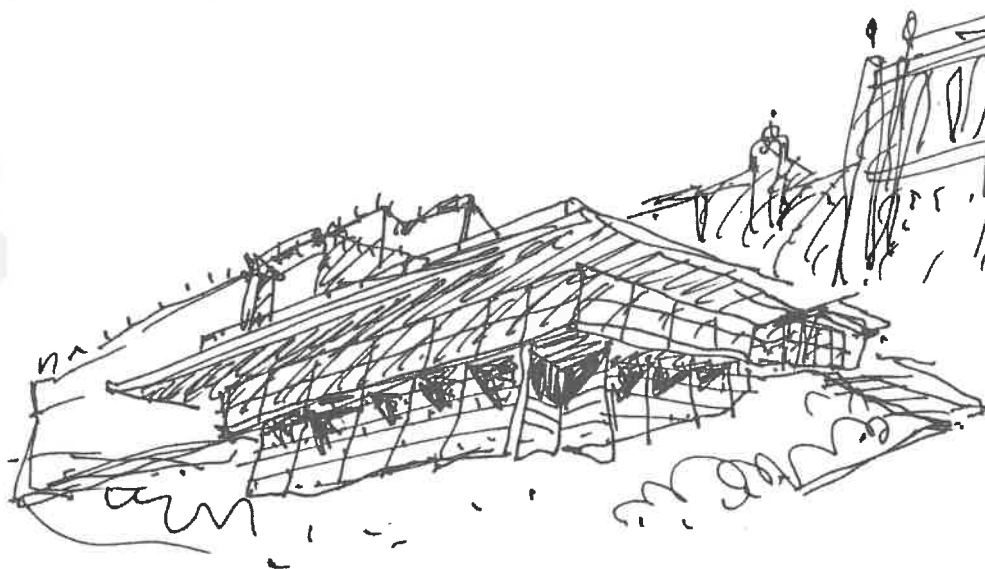
1 - Conhecidos o programa do Anfiteatro da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, a sua localização e condicionamentos de ordem arqueológica a cumprir, fizemos um cuidadoso reconhecimento dos espaços livres e construídos existentes quanto aos seus aspectos de ordem funcional, plástica, patrimonial e paisagística e elaborámos um princípio de solução que, desenvolvida depois até ao Projecto de Execução, aqui apresentamos.

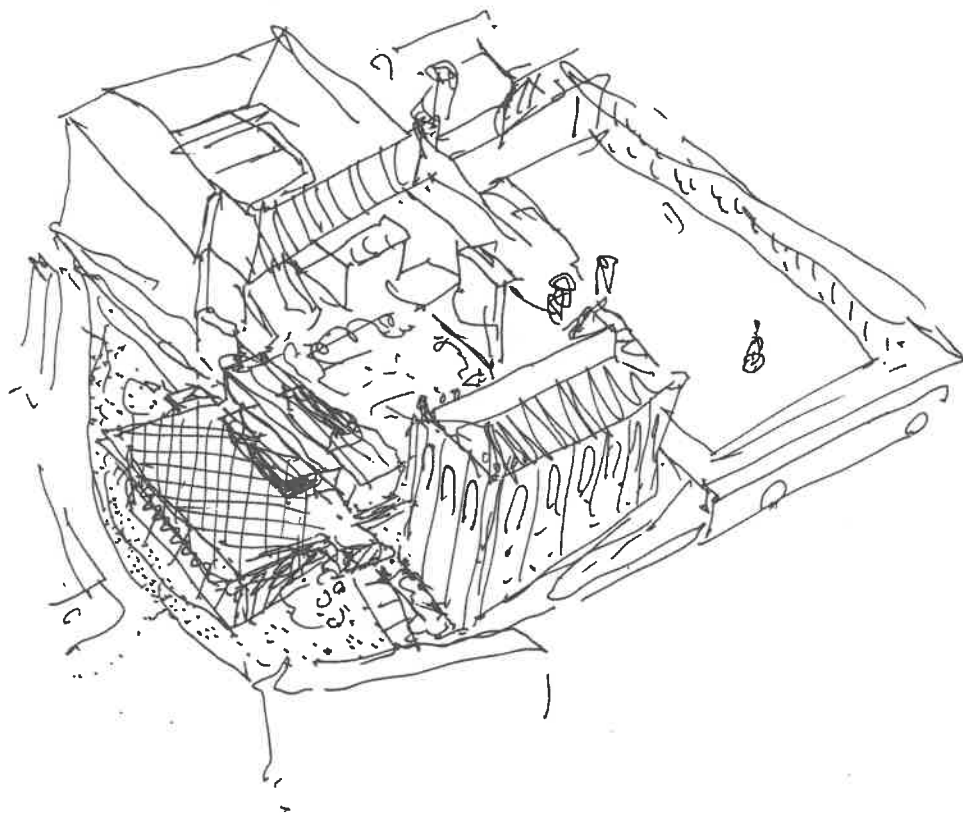
2 - A peça central é, naturalmente, pela sua dimensão e motivo da iniciativa, o próprio anfiteatro, dimensionado para 458 lugares sentados e admitindo um reforço envolvente de lugares para assistência em pé. A sala, de forma rectangular igual à soma de dois quadrados, é estruturada segundo um módulo de 0,55 m x 0,55 m — depois generalizado a todo o edifício — o qual dá satisfação à dimensão frontal das cadeiras (0,55 m) e à dimensão transversal dos degraus (1,10 m).

Envolve a sala por três lados uma galeria superior que, através de coxias, dá acesso aos lugares e ao estrado; uma cabina de projecção e tradução simultânea completa o equipamento.



3 - A galeria referida parte de dois vestíbulos simétricos que a articulam com duas entradas a partir do exterior, com dois acessos aos edifícios existentes e, igualmente, com dois acessos ao átrio central; dos acessos aos edifícios existentes, um deles relaciona o novo edifício com o acesso principal à Faculdade de Direito, Capela e Pátio da Universidade, através de uma escada a construir, e o segundo cria a possibilidade de acesso à Biblioteca Joanina ou ao pátio da estação arqueológica, como sugerido no Relatório do Prof. Jorge de Alarcão. Do átrio parte uma escada dupla que conduz ao piso superior onde se situa a sala de leitura que abre sobre um terraço. Como instalações sanitárias prevê-se que sejam utilizadas as existentes na Faculdade de Direito, com adaptação das de homens afectadas pela criação da escada que ligará ao edifício do anfiteatro e reforçadas com novas instalações de homens /senhoras em piso intermédio a criar, sob as existentes. De referir, ainda, pela sua importância funcional e plástica, a instalação de unidades de climatização no topo do edifício, contidas por lâminas horizontais em cobre.



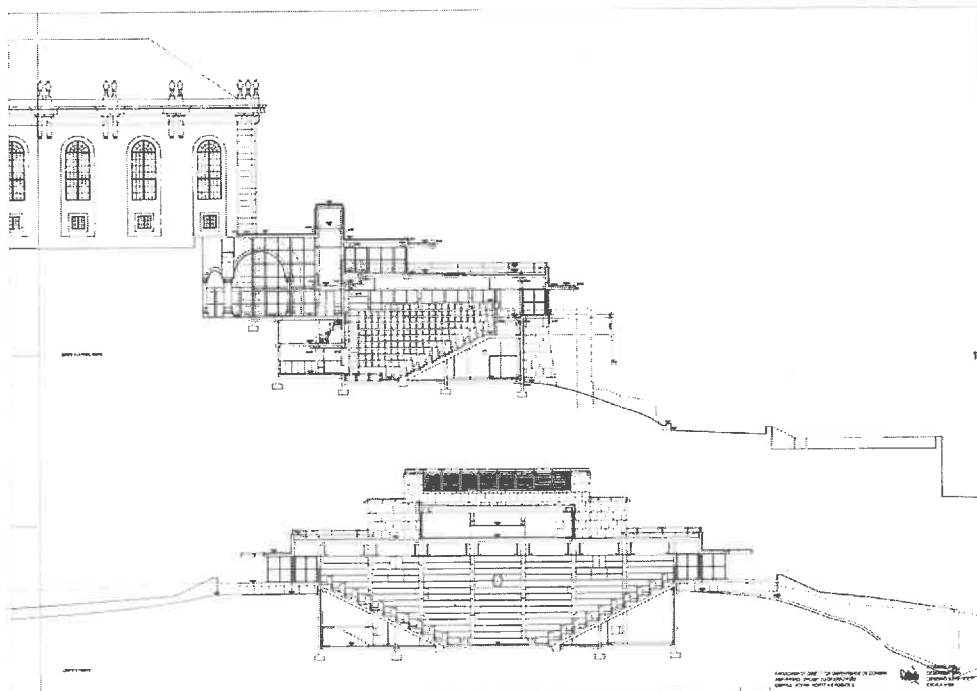


4 - A construção do edifício prevê-se, fundamentalmente, por meio de uma estrutura em betão armado, admitindo-se, entretanto, uma estrutura de ferro para o átrio e sala de leitura.

Prevêem-se caixilharias exteriores em ferro assim como reboco e aplicação de placagem de calcário em superfícies de paredes e pilares e revestimentos de cobertura em cobre ou tijolo, quando acessíveis. Os acabamentos interiores, bem como de um modo geral todos os acabamentos do edifício, de acessos e muros exteriores seriam cuidadosamente definidos no sentido de garantir facilidade de conservação e integração no espírito dos edifícios e espaços existentes.

5 - Em termos de intenções da solução proposta queremos ter satisfeito alguns dos nossos desejos iniciais:

- delicadeza do contacto do novo edifício com o existente, através de corredores envidraçados que perfuram com delicadeza o muro medieval, passando sob as arcadas, em apenas dois pontos;
- enquadramento da arcaria de Marcos Pires e muro gótico em pátio complementar da sala-átrio, totalmente envidraçada por três lados e com pé direito de 6,60 m para completa leitura daqueles;
- clareza da distribuição de acessos através dos dois vestíbulos simétricos e sua projecção nos percursos exteriores e interiores que deles partem e a eles chegam;
- variação das volumetrias da sala-átrio e da do anfiteatro, reforçada pelas ligações com pé direito de 2,20 m;
- galeria do anfiteatro abrindo-se paralela e contrastadamente sobre o palco e sobre o vale do rio Mondego;



- leitura do mesmo vale através do acesso ao terraço, prolongamento da sala de leitura;
- amarração do edifício à pendente da acrópole sobre a qual se situa e utilizando uma expressão em tudo paralela à do edifício manuelino com as suas galerias lançadas sobre contrafortes;
- revalorização da área de implantação pela eliminação dos muros de suporte, aterros e vegetação existentes, procura do terreno natural e construção de um muro que fecha o pátio que vem da escada de Minerva, em torno do cunhal da Biblioteca;
- travação, pelo novo edifício, do conjunto histórico manuelino-joanino, com valorização da arcaria manuelina, satisfazendo quer uma leitura próxima quer, por exemplo, a leitura de Santa Clara-a-Nova, a cota semelhante; importância, nesta leitura, do elemento superior da instalação do condicionamento de ar.

6 - Um edifício moderno? Sem dúvida, assim o cremos. E não apenas contemporâneo. “Moderno” porque contém em si todas as vivências de uma Arquitectura e de um Lugar. Coimbra e a sua Universidade.

F. TÁVORA

(Fernando Távora)
Arquitecto





Ficha Técnica

Universidade de Coimbra Anfiteatro para a Faculdade de Direito da Cidade Universitária de Coimbra

1994 / 2000

Área de Intervenção — $2.400 m^2$

Área de Construção — $1.400 m^2$

Materiais de Acabamento — *Pedra calcário de Molianos Ferro Cobre Madeira de afizélia*

Equipa do projecto:

Projecto Geral de Arquitectura e Coordenação — *Fernando Távora*, arquitecto
com a colaboração de *Fernando Barroso Pedro Pacheco*, arquitectos

Projecto de Fundações e Estruturas — *António Silva Costa*, Engenheiro

Projecto de Instalações e Equipamentos Eléctricos e Segurança — *José António Ferraz Campos*, Engenheiro

Projecto de Instalações e Equipamentos Mecânicos — *Virgílio Pereira Neiva*, Engenheiro

Projecto de Instalações e Equipamentos de Águas e Esgotos — *José Ramos*, Engenheiro

Projecto de Paisagismo — *Laura Costa*, Arquitecta Paisagista

Fotografias da Maquete — *Luis Ferreira Alves*

*Pela Mão de Minerva**

1 - Tenho escrito sobre Fernando Távora alguns textos. Este é mais um. Retoma o que já escrevi e publiquei. Acrescenta pouco, apenas um pouco, às leituras já feitas. Apenas mais uma obra a confirmar a coerência conceptual e metodológica de Távora. Tenho consciência de que transformar em discurso verbal, crítico e interpretativo, o que é visível e tão claro na sua obra, tem sido redundante e demasiado fácil. Mas, na impossibilidade de me remeter para o discurso hermético, abundante de referências extra-disciplinares, que hoje transformou a crítica de arquitectura numa actividade ensaística de super especialistas afastados do ofício, vejo que me tenho colocado sempre numa posição mais próxima do biógrafo. Talvez, também, por respeito à sua figura tão próxima e familiar. Para outros, penso para me justificar, a tarefa de o relerem com verdadeira distância crítica!



2 - Em Távora se revê a Escola do Porto, pelo menos até agora. Com ele construímos os alargados consensos que nos tem permitido enfrentar os desequilíbrios ou os novos equilíbrios da contemporaneidade. A sua lição fundamental decorre simplesmente da sua capacidade única para distinguir o essencial do supérfluo ou circunstancial e, enquanto nos dividíamos pela circunstância, com ele nos uníamos no reforço e consideração dos valores mais perenes, cimentados pela presença permanente de uma moral que nunca admitiu qualquer atropelo na defesa da dignidade do Homem. Uma tal abstracção poderia ter aberto caminho a todas as perversidades se não estivesse, como no seu caso, activamente vigilante na construção da felicidade de todos os homens, respeitadas as suas diferenças e por elas olhados e amados no dia a dia da vida tão apaixonadamente vivida. E foi neste aparente paradoxo da referência à essência e do apego à qualidade do momento que Távora construiu o seu magistério e a sua obra, como resultado natural da sua forma de estar no mundo.

As suas lições marcaram profundamente o que tem sido chamado de "Escola do Porto" e que não é mais do que a rejeição constitutiva de qualquer "estilismo" cenográfico e anedótico a pretexto ou com o alibi da morte das visões totalitárias e da mobilidade e dispersão do mundo contemporâneo.

A obra de Távora nunca abandonou a fidelidade afirmada ao Movimento Moderno. Mas, ao contrário de outros, talvez mais velhos e imaturos, transformou a fidelidade em coisa inclusiva e não exclusiva. Daí a sua continuidade e a sua coerência e, sobretudo, a sua permanente contemporaneidade. Mas o que marcou profundamente a Escola ao longo dos seus mais de quarenta anos de magistério, foi a compatibilização desta convicção moderna com a tentativa de elaboração de um método e não com a defesa e transmissão de um código formal, foi a consideração da História como um instrumento operativo para a construção do presente, foi, não só a consideração da Arquitectura na sua adequação construtiva e funcional, mas sobretudo como representação de cada um porque representa todos, fazendo de cada edifício um corpo vivo, um organismo com alma e imagem próprias.





Nunca se tratou, na sua obra nem no seu pensamento, de revogar o Movimento Moderno. Tratou-se de manter uma ordem arquitectónica com valor universal que o integrasse e redefinisse permanentemente. Sem produzir novos modelos, cada obra é um percurso de reflexão que, do sítio, abarca toda a cidade e no sítio fixa a forma, cada forma. Para Távora, servir o real não é rejeitar as aportações inegáveis do racionalismo e a ascese real que ele significa para a arquitectura. É tomar uma posição corajosa de busca — inquietante no aceitar que cada tema tem o seu carácter, a sua problemática específica, a sua expressão própria. Ao arquitecto de hoje só “um critério de experiência” é lícito; um critério que não recuse dado algum do real que, esse sim, existe, nunca como matéria a sujeitar a soluções apriorísticas e abstractas.

3 - Fernando Távora entra no Convento da Costa, futura Pousada de Santa Marinha, em Guimarães, com uma postura próxima da simplicidade com que os nossos mestres pedreiros sempre encararam a continuação ou alteração das obras dos seus predecessores. Assim o fizeram todos os mestres da Batalha ou dos Jerónimos, actualizando linguagens, sem alterações de conteúdo, assim o fizeram no Convento de Cristo de Tomar, alterando e sobrepondo linguagens correspondentes a novos conteúdos decorrentes de uma forte ideologização das intervenções.

Távora trabalha e molda a preexistência, usa-a como matéria de projecto. Relê nela o fluir da história e, aceitando sobreposições ou aposições estilísticas ou de linguagem, usa de todos os meios para o clarificar. Não prescindindo da investigação histórica e arqueológica, anota fases de desenvolvimento, dando-lhes, sem moralismo, uma nova dignidade. A intervenção actual é mais uma, desenhada com regras claras que resultam da interpretação da história, incluindo a contemporânea. A posição de Távora é tão activa e obrigatoriamente culta que pode actuar, também, restaurando, corrigindo,



repondo ou, ao contrário, demolindo qualquer elemento espúrio que provoque opacidade na leitura clara da essência do projecto global, entendido como um processo colectivo de longa duração.

O que fica dito e é depois concretizado em posteriores projectos, do Mosteiro de Refóios aos seus recentes projectos, para o denominado conjunto do Palácio do Freixo ou para a Casa dos Vinte e Quatro, ambos no Porto, é que Távora encontra a regra a partir do existente sempre legível em cada obra única e insubstituível.

O Anfiteatro da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra é concebido com a mesma lógica, na leitura pessoal do seu autor, com que foram construídos todos os edifícios da Alta Universitária. É, por isso, objectual, nas suas relações com a envolvente construída e com a topografia, não rompendo com a lógica das primeiras, antes colocando-se, sem ruptura, na sua continuidade. É, por isso mesmo, clássico na sua ortodoxia compositiva, moderno e historicista, porque a leitura da história confirma a justeza do desejo de modernidade.

A valorização hegemónica é sempre, apesar de tudo e inevitavelmente, a do seu projecto ordenador, para que a ordem, que é a sua aspiração, inclua todas as épocas, sem moralismos nem a-prioris estilísticos. Távora não quer habitar o caos, como se de esplendor se tratasse, quer habitar o próprio esplendor. Estética e ética, ambas início e fim de um percurso, sempre inclusivo, de reflexão e desenho, fazem Távora atravessar o século como consciência permanente de que a analogia do belo com o bom não é a analogia do absoluto, mas a analogia da necessidade do limite¹. A sua lei moral impede-o de deixar espaço ao demasiado belo, aceitando o caminho da heterodoxia para atingir a utilidade da arquitectura.

4 - Sabemos como da racionalidade romana, dificilmente aplicável a uma topografia como a de Aemínium, à desurbanização altomedieval, da cidade árabe à moçárabe, até à densificação intramuros



e lento crescimento fora de muralhas dos primeiros séculos da nacionalidade, a zona alta teve mais um carácter defensivo do que realmente urbano. O seu limite poente, fixado pela Alcáçova, mostra-se como uma espécie de remate monumental da cidade que se estende abaixo, para poente e norte. Uma ampla zona florestada rodeava o morro, abrindo à apetência urbanizadora apenas o terreno plano a poente, estendendo-se até às margens do Mondego que, contra a secura estival, o ameaça com o seu caudal de inverno e primavera.

Santa Cruz instalada no sopé, lugar geométrico das duas cidades, foi naturalmente pólo geográfico, além de ideológico, do primeiro desenvolvimento moderno. O Palácio Real, ocupado pelos Estudos, foi estímulo para o segundo.

Se o espírito reformista de Santa Cruz pôde abrir rua nova e direita em terreno plano e dedicá-la à sabedoria, construindo colégios em banda que lhe deram a forma, a Universidade recém-instalada provocou algum crescimento espontâneo, de desenho orgânico na adaptação a uma topografia difícil e, ao mesmo tempo, a fixação de alguns grandes colégios que, sem uma estrutura viária prévia e racional, se implantaram com grande autonomia formal.

Se na Baixa se fez cidade, na Alta construiu-se uma acrópole com monumentos de grande valor objectual. Uma e outra cidade. Dos que restam, ainda que parcialmente mutilados ou acrescentados, para além dos que constituem o Pátio das Escolas, o Colégio de Jesus, o novo Colégio das Artes, o Colégio de S. Jerónimo e o de S. Bento, são bons exemplos.

Não cabe neste texto uma análise detalhada do processo que fez desaparecer, num curto espaço de tempo, parte importante da cidade, ruas, monumentos, cafés e leitarias, casas de penhor e barbearias, a população inteira de um bairro de que fazia parte a presença permanente de estudantes.

É interessante saber que tudo começou pela consulta a um grupo de professores e que do seu parecer resultou a constituição da denominada Comissão Administrativa das obras da Cidade Universitária que viria a conduzir, até ao fim, toda a operação. Que o Estado Novo tenha lançado o projecto e disponibilizado os meios compreende-se. Que não tenha

havido nenhum protesto da população ou dos estudantes compreende-se. Mais difícil é entender a espécie de consenso generalizado da “inteligência” universitária sobre a sua aceitação.

Perderam-se usos, tradições, costumes, modos de vida. Nada voltaria a parecer-se com o que fora, o que, em si, não é forçosamente negativo. É, apesar de tudo, interessante verificar como o Plano da Cidade Universitária teve em conta o que atrás foi dito e extremou esse caminho, destruindo o que de espontâneo e pitoresco existia, estabelecendo uma malha concebida para sustentar grandes objectos individualizados. Dos antigos deixava, apenas, os que garantiam uma escala, principal elemento unificador do conjunto. É esta cidade de objectos monumentais, com alguma ridícula mais-valia de perspectivas de sabor imperial e menor valia na qualidade dos projectos, que Távora encontrou como objecto de reflexão, agora connosco partilhada pela leitura da sua obra.

Távora retoma os valores do lugar, procurando, no seu sítio, salientar a estrutura própria e imbatível, sem moralismos sobre a sua qualidade e sem nostalgia do passado, o que não é o mesmo que sem memória. Assim limpou o terreno, valorizou a leitura da topografia, salientando a ideia de acrópole onde se apoiam objectos soltos, acentuando descontinuidades e a individualidade formal a que tentou fazer corresponder uma individualidade programática que, retirando o objecto da abstracção, lhe conferiu significado. Começou a redesenhar a encosta poente, endurecendo a leitura dos altos muros de suporte, clarificando e dando novo sentido à antiga cerca. Construiu para ela novos contrafortes.

Sujeitando, com grande radicalidade, a construção a uma composição de geometria elementar de eixos ortogonais e consequentes simetrias, nos planos horizontal e vertical, soltou um volume cúbico de grande nitidez, amaciado pela figuração de elementos estruturais à sua escala. Este tratamento figurativo pertence-lhe exclusivamente e salienta a sua individualidade em escala própria, diferente dos cubelos do Palácio Real. A Biblioteca Joanina é um paradigma do mesmo entendimento e até as Escadas de Minerva, sendo ligação e por isso criando





continuidades de percurso, são objectuais ao ponto de se constituírem como um espaço interior bem delimitado.

O Anfiteatro da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra é um sinal auspicioso numa cidade que não se tem visto a reagir positivamente na salvaguarda do que lhe resta, que é tanto e tão destruído, e no que se faz de novo, que é tanto e tão mau. O debate que este projecto provocou foi o primeiro resultado positivo da guerra que a própria Universidade abriu. A batalha foi ganha, outras se lhe seguirão, com Gonçalo Byrne no Plano e no Museu Machado de Castro, com Álvaro Siza ali ao lado, esperemos².

Porto, Dezembro 2000

(Alexandre Alves Costa)
Arquitecto

* Fotografias da responsabilidade do CEDOUA

¹ COSTA, Alexandre Alves, Da necessidade do limite, in "96 Conversas", Porto, AE FAUP, 1997.

² Este texto retoma parcialmente um outro, do mesmo autor, com o título "Pousada de Santa Marinha da Costa em Guimarães", in "DPA — Documents de Projectes d'Arquitectura", n.º 14, Revista del Departament de Projectes Arquitectònics de la Universitat Politècnica de Catalunya, 1998.